



Faculdade Presbiteriana
Mackenzie
Brasília

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LLM EM PROCESSO NAS CORTES SUPERIORES

Objetivo do curso

Proporcionar aos profissionais do Direito, com atuação na área do Direito Processual Civil e suas variadas temáticas atuais, elementos doutrinários e jurisprudenciais para a formação de interpretação analítica e crítica do Código de Processo Civil/2015 e legislação pertinente, a partir da jurisprudência e dos precedentes judiciais formados pelas Cortes Superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Público-alvo

Advogados privados, Advogados públicos, membros e servidores do Ministério Público, membros e servidores da Defensoria Pública e departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas, com atuação jurídica direta e indireta nos Tribunais de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, bem como servidores dos respectivos Tribunais de origem e Cortes Superiores.

Diferenciais

As aulas são ministradas com enfoque na prática jurídica relacionada ao tema específico, sem deixar de abordar a necessária análise da doutrina e jurisprudência, aliando a prática e a teoria no desenvolvimento do aprendizado do conteúdo.

O curso aborda de maneira ampla e aprofundada o sistema recursal cível no âmbito dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, além das ações originárias que tramitam nos Tribunais e o Sistema Brasileiro de Precedentes, proporcionando ampla formação para atuação na área processual específica.

O corpo docente do curso é composto, essencialmente, por mestres e doutores em Direito com experiência acadêmica e integralmente formado por profissionais com efetiva experiência em suas áreas de atuação e correlatas aos temas do curso, entre os quais Magistrados, Advogados Públicos e Privados e Assessores de Ministros das Cortes Superiores.

Em todos os módulos, o curso também prevê a realização de atividades de conteúdo prático, por meio de seminários participativos, oficinas temáticas, análise de casos concretos, entre outras, com o objetivo de proporcionar a experimentação do conteúdo teórico em simulações de atividades profissionais, correspondendo ao modelo pedagógico CHAVE da FPMB.

Modalidade: híbrido (aulas remotas ao vivo/síncronas e encontros presenciais);

Duração: 12 meses

Carga horária: 364 horas/aula

Dias e Horários: segunda-feira e quarta-feira, das 19:00 às 22.00 horas (sextas e sábados agendados);

Coordenador Geral: Prof. Msc. Fabiano Tesolin

Investimento: Parcelas a partir de R\$ 810,00 (condições dependendo de convênios e desconto pontualidade).

ESTRUTURA CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	CH
I – Elementos Fundamentais do Sistema Recursal do CPC/2015 – 70 h	Tópicos avançados da Teoria Geral de Recursos	14h
	Ordem dos Processos nos Tribunais	14h
	Recursos Ordinários em Espécie: Agravo de Instrumento e Apelação	14h
	Recursos Internos nos Tribunais: Agravo Interno e Embargos de Declaração	14h
	Laboratório de Pesquisa de Jurisprudência	14h
II – Recursos Excepcionais nas Cortes Superiores - 70 h	Regimentos Internos nas Cortes Superiores e Julgamentos Virtuais	14h
	Teoria Geral dos Recursos Excepcionais	14h
	Recursos Excepcionais em Espécie: Recurso Especial/Extraordinário	14h
	Embargos de Divergência e Agravos em REsp/RExt	14h
	Workshop de Recursos Excepcionais	14h
III – Sistema Brasileiro de Precedentes Judiciais - 70h	Aspectos Essenciais do Sistema Brasileiro de Precedentes	14h
	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência	14h
	Recursos Especiais Repetitivos no STJ	14h
	Reclamação Constitucional, Repercussão Geral e Súmulas Vinculantes	14h
	Laboratório de Precedentes Judiciais	14h
IV – Competência Originária nos Tribunais - 70h	Tutela Provisória nos Tribunais e Honorários Advocatícios nos Tribunais	14h
	Mandado de Segurança e Recursos Ordinários no STJ e STF	14h
	Ação Rescisória	14h
	Conflito de Competência e Pedido de Uniformização de Lei Federal (PUIL)	14h
	Oficina de Ações Originárias	14h
V – Temas atuais do Direito Processual Brasileiro - 70 h	Processo Civil Contemporâneo: Temas controvertidos do CPC/2015	14h
	Aspectos Teóricos e Práticos do Habeas Corpus nas Cortes Superiores	14h
	Os Conselhos Nacionais (CNJ/CNMP) e o Direito Processual	14h
	Novos Contornos do Processo Constitucional	14h
	Núcleo de Atividades Profissionais nos Tribunais	14h

- **Seminário Processo nas Cortes Superiores (14h):** Palestras com convidados especiais e/ou atividades programadas (presenciais em Brasília);

CORPO DOCENTE

Ana Lucia Pretto Pereira

Mestrado (2009) e Doutorado (2013) em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, com doutorado-sanduíche em Teoria do Direito na Universidade de Harvard (2012). Pós-doutorado em Processo Constitucional no Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil (2014). Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2007). Ex-Assessora de Ministro no Superior Tribunal de Justiça.

<http://lattes.cnpq.br/1636566579454782>

André Cavalcanti Erhardt

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Direito da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Procurador Federal, estando atualmente cedido ao Superior Tribunal de Justiça para o exercício do cargo de Assessor de Ministro.

<http://lattes.cnpq.br/2705178132594925>

André Salge Pereira

Mestre em Direito na Universidade de Brasília - UnB. É especialista em Direito, Estado e Constituição pela União Educacional do Planalto Central - Uniplac. Possui graduação em Direito pela Universidade de Uberaba. Professor da Pós-Graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Assessor de Ministro do STJ.

<http://lattes.cnpq.br/5334856118594530>

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Livre-docente pela USP, Doutor e Mestre pela PUC-SP. Pós-doutorado na Universidade de Boston. Foi Consultor-Geral da União e Procurador-Geral Interino na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Colunista do site Consultor Jurídico (Conjur).

<http://lattes.cnpq.br/2987368350054932>

Bruno Augusto Sampaio Fuga

Advogado e Professor. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP (2020). Pós-doutorando pela USP. Mestre em Direito pela UEL. Pós-graduado em Processo Civil. Pós-graduado em Filosofia Jurídica e Política pela UEL. Editor chefe da Editora Thoth.

<http://lattes.cnpq.br/4015561605677153>

Fabiano da Rosa Tesolin

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Constitucional pelo IDP/DF. Graduado em Direito pela PUC/PR. Coordenador da Pós-graduação e extensão em Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Professor da Graduação em Direito da FPMB. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Membro do Núcleo de Pesquisa de Direito Processual Comparado da UFPR. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Ex-Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretário-Executivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

<http://lattes.cnpq.br/5463822284667829>

Fabio Monnerat

Doutor, mestre e especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Procurador Federal. Gestor de Precedentes Qualificados da Procuradoria Geral Federal. Coordenador e professor do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/São Paulo. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. Membro Efetivo da Comissão de Direito Processual Civil da OAB São Paulo. Autor e coordenador de publicações com ênfase em Direito Processual Civil e Direito Público e dos livros "Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil" (6a ed.) e "Súmulas e Precedentes Qualificados: técnicas de formação e de aplicação", ambos pela editora Saraiva.

<http://lattes.cnpq.br/0795995319125272>

Fernando Luis Silveira Correa

Experiência como assessor na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão da PGR para defesa de direitos humanos. Experiência como professor em faculdades de direito, em especial o UNICEUB, entre 1996 e 2001. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Assessor de Ministro do STJ.

Guilherme Veiga Chaves

Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Direito Constitucional Internacional pela Università di Pisa/UNIPI, Itália. Advogado com atuação nas Cortes Superiores em Recursos Especiais Repetitivos e Repercussões Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/5521165177838986>

João Paulo de Franco Alcântara

Graduado pela Faculdade de Direito da UnB (2006) e pós-graduado (Direito, Estado e Constituição) pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Planalto Central (2007). Trabalha com pesquisa de jurisprudência em banco de dados desde 2008. Já atuou como instrutor no Superior Tribunal de Justiça, na Procuradoria-Geral da República, na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e no Conselho da Justiça Federal.

João Pires de Carvalho Junior

Mestrando em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Formado em Direito pela UniDF, com especialização em Direito Processual Civil pelo UniCEUB. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Exerceu a função de assessor da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

<http://lattes.cnpq.br/8322634739967904>

Luiz Henrique Krassuski Fortes

Professor de Direito Processual Civil e Constitucional e Advogado em Brasília/DF. Membro do IADF, da ABDPC, do IBDP e da Comissão de Advocacia nos Tribunais Superiores da OAB/DF, é Doutorando em Direito Processual Constitucional na UFPR, além de mestre e graduado em direito pela mesma instituição. Foi Oficial de Gabinete em gabinete de Ministro no STF.

<http://lattes.cnpq.br/3368607437602344>

Hugo Lemes

Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduado pelo Instituto de Direito Público – IDP. Professor Assistente no programa de graduação em direito (UERJ). Ex-Assessor de Ministro do TCU. Advogado.

<http://lattes.cnpq.br/1894937214855653>

Mariana Camargo Rocha

Possui graduação em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal - UDF (2006), Pós-graduação em ordem jurídica do Ministério Público - FESMPDFT, Pós-Graduação em Gestão de Processos Acadêmicos (2016). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB). Tem experiência como professora em Faculdade de Direito desde 2011, Instrutora na Escola Cooperativa do Superior Tribunal de Justiça. Chefe de Gabinete do Diretor Geral do STJ.

<http://lattes.cnpq.br/1326639265000894>

Mauro Pedroso Gonçalves

Doutorando e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-graduado em Direito Processual Civil e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Ex-assessor de Ministro no Superior Tribunal de Justiça. Advogado. <http://lattes.cnpq.br/9431826461175434>

Maximiliano Ferreira Tamer

Mestre em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Advogado da União, Ex-Assessor de Ministro no STJ por 18 anos, Instrutor da Escola Corporativa do STJ desde 2008. Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

<http://lattes.cnpq.br/5873509837142578>

Paula Pereira Pessoa

Doutora e Mestre em Direito Processual pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora visitante no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law. Especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Federal da Bahia. Professora na Graduação e no Mestrado na Universidade Católica de Brasília. Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

<http://lattes.cnpq.br/5858811334421706>

Renato Castro

Mestre e especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP, professor da Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Professor da Graduação em Direito da FPMB. Juiz de Direito Titular da 19ª Vara Cível do TJDF. Atualmente atua como Juiz Instrutor do STJ.

<http://lattes.cnpq.br/9993964773154572>

Renato Cesar Guedes Grilo

Procurador da Fazenda Nacional (2013 - atual), atualmente afastado por cessão ao STJ para exercer o cargo de assessor de Ministro (2017 - atual). Como procurador, atuou na representação da Fazenda Nacional perante os Tribunais Superiores (2013/2016), na PFN - Paraíba (fev a set/2015) e na PFN - Amazonas (jan a jun/2017). É Mestre e Doutorando em direito pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), possui pós-graduação em Direito Constitucional e em Direito Tributário.

<http://lattes.cnpq.br/0479378449313859>

Tércio Tokano

Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela UEL e em Direito Público pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado da União de carreira, exerceu os cargos de Coordenador-Geral de Defesa da Probidade, Procurador-Regional da União da 3ª Região e Adjunto do Advogado-Geral da União. Atuou como representante da AGU perante o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Exerceu, ainda, o cargo de Subchefe Adjunto de Assuntos Institucionais da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, e de Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Exerce o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.